

QUESTÃO AGRÁRIA E AS AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAIS PETISTAS NO CAMPO EM MATO GROSSO DO SUL

Luciene Maria da Silva e Silva¹
Sedeval Nardoque²

Resumo

A concentração fundiária é parte da realidade brasileira, sendo uma característica marcante na estrutura agrária no estado de Mato Grosso do Sul. O presente estudo propõe reflexões a respeito das políticas públicas promovidas pelos governos Lula e Dilma no espaço agrário do estado, reconhecendo quais políticas públicas foram implantadas, quais segmentos sociais foram favorecidos, estabelecendo um paralelo entre as pautas defendidas pelo Partido do Trabalhadores e a prática política implementada de fato, utilizando-se, para tanto, da revisão bibliográfica como fonte de análise e argumentação. Os dados apresentados evidenciam o caráter de continuidade das políticas neoliberais de FHC nos governos federais petistas, por meio da mercantilização do acesso à terra, da priorização orçamentária em prol da agropecuária capitalista em detrimento da agricultura familiar camponesa.

Palavras-chave: coalizão; capitulação; políticas públicas; espaço agrário

AGRARIAN ISSUE AND THE ACTIONS OF THE FEDERAL GOVERNMENTS PETISTAS IN THE FIELD IN MATO GROSSO DO SUL

Abstract

The land concentration is part of the Brazilian reality, being a striking feature in the agrarian structure in the state of Mato Grosso do Sul. The present study proposes reflections on the public policies promoted by the Lula and Dilma governments in the agrarian space of Mato Grosso do Sul, recognizing which public policies were implemented, which social segments were favored, establishing a parallel between the guidelines defended by the Partido dos Trabalhadores and the guidelines really implemented, using, for such, the bibliography review as a source of analysis and argumentation. The data presented evidence the continuity characteristic of FHC's neoliberal policies in the Petistas federal governments, through the commodification of access to land, budget prioritization in favor of capitalist agriculture to the detriment of peasant family farming

Key-words: coalization; capitulation; public policies; agrarian space.

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. E-mail: luciene.edu@hotmail.com;

²Docente do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. E-mail: sedeval.nardoque@ufms.br

LA CUESTIÓN AGRARIA Y LA ACTUACIÓN DE LOS GOBIERNOS FEDERALES PETISTAS EN EL CAMPO EN MATO GROSSO DO SUL

Resumen

La concentración de la tierra es parte de la realidad brasileña, siendo un rasgo llamativo en la estructura agraria del estado de Mato Grosso do Sul. El presente estudio propone reflexiones sobre las políticas públicas impulsadas por los gobiernos de Lula y Dilma en el espacio agrario del estado, reconociendo qué políticas públicas fueron implementadas, qué segmentos sociales fueron favorecidos, estableciendo un paralelismo entre las agendas defendidas por el Partido de los Trabajadores y la práctica política implementada de hecho, utilizando la revisión bibliográfica como fuente de análisis y argumentación. Los datos presentados evidencian el carácter de continuidad de las políticas neoliberales de la FHC en los gobiernos federales del PT, a través de la mercantilización del acceso a la tierra, priorización presupuestaria a favor de la agricultura capitalista en detrimento de la agricultura familiar campesina.

Palabras-clave: coalición; capitulación; políticas públicas; espacio agrario

INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002. A chegada de um representante da classe trabalhadora ao Governo Federal gerou a expectativa junto aos setores progressistas da sociedade brasileira de que, após amargarem três derrotas nas eleições anteriores³, surgia então a possibilidade de nova realidade no país, o que se daria pela concretização de todas as promessas de campanha.

Priorização da redução das desigualdades em detrimento do pagamento da dívida externa, geração de emprego e renda, acesso à moradia digna, Reforma Agrária e valorização da agricultura familiar e, aos em estado de miserabilidade a possibilidade de algo básico, como poder fazer três refeições ao dia, foram algumas das pautas propostas por Lula⁴, um sonho acalentado pela vasta gama de cidadãos e cidadãs, cuja diversidade vai do mais alto escalão da academia aos confins da floresta amazônica.

³O PT disputou as eleições presidenciais em 1989, 1994 e 1998, não obtendo êxito nesses pleitos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

⁴Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/novembro-negro-programas-de-governo/>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Mesmo antes das eleições daquele ano, em 22 de junho de 2002, em a “Carta aos Brasileiros”⁵, Lula deu o primeiro sinal de que a realidade seria diferente das propostas presentes nos primeiros programas de governo apresentados pelo partido, o que ficou evidente em seu primeiro mandato. Sob a justificativa da necessidade de coalizão, a gestão ficou marcada, desde seu nascedouro, pela continuidade das políticas neoliberais de seu antecessor, com nuances desenvolvimentistas, priorizando os interesses da elite nacional, atrelados ao capital mundializado.

Com vistas a justificar a lentidão com que se dariam as mudanças almejadas pelos movimentos populares, o presidente Lula trouxe a público a seguinte frase: "O Brasil não é um Fusquinha, que pode dar um cavalo-de-pau, é um transatlântico. Se a virada não for feita aos poucos, pode afundar. E nós não temos vocação para Titanic". A afirmação emblemática deixou claro o rumo tomado pela gestão petista, que envolvia o corte de R\$14.000.000.000,00 (Quatorze bilhões de reais) no orçamento, evidenciando a continuidade da política de seu antecessor, às avessas das promessas de outras campanhas (1989, 1994 e 1998), que envolviam o não pagamento da dívida, o fim da especulação financeira, a promoção da Reforma Agrária “numa só canetada”, entre outras (SPINELLI; ZANINNI, 2003).

Lula reconheceu a existência da ordem econômica mundial definidora dos papéis de cada nação dentro desse contexto, denotando que a chegada de um partido de esquerda ao governo não se deu unicamente pela vitória da vontade popular, mas, de alguma forma, por um pacto, a coalizão que garantiu a eleição de um governo de base popular.

O que se viu, então, foi a gestão nos dois mandatos (2003 a 2006 e 2007 a 2010) marcada por políticas públicas de redução de desigualdades em coexistência com o processo de exploração pelo grande capital aliado às elites nacionais e internacionais nos mesmos moldes neoliberais de Fernando Henrique Cardoso em que o capital mundializado territorializava-se e estabelecia seu monopólio em todo o território nacional.

No âmbito agrário não foi diferente. Muito embora o governo de base popular tenha implantado algumas políticas públicas no sentido de valorizar e garantir fomento aos camponeses, as características a seguir apresentadas revelarão a fragilidade e desconexão dessas medidas, comprometendo a plena evolução da agricultura familiar camponesa.

Mesmo com as frágeis políticas sociais, o Golpe de 2016, que retirou da Presidência da República Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-05/2016), trouxe consigo a retomada da

⁵Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 08 fev.2021.

hegemonia burguesa-latifundiária cujos interesses alinham-se ao capital internacional, provocando um verdadeiro desmonte das políticas implantadas nos governos petistas voltadas à classe trabalhadora urbana e rural.

Reconhecer os aspectos inerentes às políticas implantadas pelos governos petistas, em especial no espaço agrário sul-mato-grossense, suas características, os reais destinatários do maior volume de recursos, consubstancia elemento fundamental para identificar a que ponto esse processo pode ser considerado política de coalizão ou se tais medidas resultaram em cooptação dos representantes do governo objetivando o atendimento aos reclamos da oligarquia nacional e, por conseguinte, do capital mundializado.

Assim sendo, o estudo em tela objetiva promover uma breve análise das ações efetivadas pelos governos petistas no meio rural, em especial no estado de Mato Grosso do Sul, com vistas a compreender os meandros em que se deu a política de coalizão com as oligarquias nacionais e o capital mundial e de que forma a busca pela governabilidade e a satisfação dos diversos segmentos sociais poderiam consubstanciar um dos fatores a contribuir com o estado de coisas que levou ao *impeachment* de Dilma e à demonização do PT pela mídia e pelo senso comum.

Para tanto, o presente estudo aborda, num primeiro momento, o neoliberalismo como elemento norteador da política econômica em âmbito mundial e sua influência por meio da implantação de políticas públicas de cunho neoliberal pelos governos brasileiros pós década de 1990. O segundo tópico diz respeito especificamente às políticas públicas levadas a cabo pelos governos petistas no espaço agrário nacional, estabelecendo o recorte espacial com foco no estado de Mato Grosso do Sul. O estudo possui embasamento teórico fundamentado em revisão bibliográfica e os dados apresentados oriundos do Banco de Dados da Luta pela Terra – Dataluta/NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) – UNESP- Presidente Prudente.

O NEOLIBERALISMO COMO RUMO DAS POLÍTICAS NOS GOVERNOS FHC, LULA E DILMA

O Estado atua historicamente em defesa do capital por meio da promoção de mecanismos legais, de políticas públicas e de crédito, viabilizando sua reprodução desde outros tempos. Sendo assim, desde o período da expansão cafeeira, nas primeiras décadas do século XX, a promoção de medidas de cunho cambial e monetário garantiam a rentabilidade desse modelo agrário-exportador. Quando da inserção do modelo industrial pós década de 1930, as

ações estatais visavam, por meio de políticas cambiais, a facilitação da importação de maquinários para a produção incipiente, ainda que a produção cafeeira perdurasse como principal fonte de renda nacional por várias décadas (HESPANHOL, 1999).

A partir da década de 1930, iniciou-se o processo que fez o Brasil deixar de ser uma economia eminentemente rural, de economia agrícola, para se tornar um país urbano, ocupando a oitava posição em relação ao PIB industrial no mundo nas décadas posteriores (ARAÚJO, 2003).

Essa transformação, ocorrida num rápido lapso temporal, deve-se ao impulso dado pelo Estado desenvolvimentista entre as décadas de 1920 e 1980, pois a essência keynesiana, impregnada nas políticas públicas, fizeram avançar uma série de transformações no tocante à infraestrutura propícia à evolução da produção industrial, a despeito do caráter conservador e autoritário, muito distante do *welfare state*, característico da teoria de Keynes (ARAÚJO, 2003).

Assim sendo, a atuação estatal nos moldes keynesianos, dentro da realidade nacional, se resumia à forte atuação desenvolvimentista, em apoio à implementação das estruturas necessárias ao capital. Portanto:

A atuação do Estado foi fundamental no processo de industrialização, pois além de oferecer incentivos fiscais e creditícios às empresas, investiu maciçamente em infraestrutura (energia, transportes, telecomunicações, etc.) e nos setores que exigem grandes investimentos, mas que proporcionam baixa rentabilidade. (HESPANHOL, 1999, p.27).

Cumpram ressaltar a influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, cujo aporte de recursos para a garantia do desenvolvimento de países da América Latina vinham acompanhados de uma série de metas a serem seguidas no âmbito urbano e também rural (ORTEGA, CERQUEIRA e SILVA, 2016).

Com a crise do modelo econômico vigente, em 1973, as ideias neoliberais ganharam força, imputando as razões da crise ao poder dos sindicatos e ao movimento operário que, segundo os adeptos dessa corrente, teriam minado as bases de acumulação capitalista por meio das reivindicações salariais e das exigências para a promoção de maiores investimentos estatais em gastos sociais.

No Brasil, as concepções neoliberais iniciaram-se no combalido Governo Collor (1990-1992), mas seus passos maiores ocorreram no Governo FHC (1995-1998 e 1999-2002) que, sob a justificativa de promover a superação da crise e da necessidade de otimização e eficiência das

funções do Estado, que até então figurou como protagonista no estabelecimento do lastro à reprodução capitalista e tornou-se obsoleto e ineficiente, apresentou um plano de intensa privatização de empresas estatais cujo valor das ações no mercado denotavam exatamente o contrário.

A inserção do Brasil na economia mundial, durante o Governo FHC, seguiu duas tendências importantes: a “inserção submissa”, pois obedecia ao comando do mercado, e a financeirização das riquezas, realizada por meio de processo maciço de privatizações de empresas estatais com vistas a adquirir receita patrimonial e reduzir a dívida (ARAÚJO, 2003).

Esse processo era um movimento da imensa engrenagem capitalista em nível mundial, historicamente estabelecendo os papéis de cada nação no âmbito da divisão internacional do trabalho nas diversas fases dessa trajetória em busca da acumulação. Mas a chegada de Lula ao governo e sua permanência foram viabilizadas por meio do aceno aos movimentos sociais com a denominada “Carta aos Brasileiros”, bem como do teor de suas declarações à mídia nacional e ao grande capital, de que as promessas de campanhas inerentes ao não pagamento da dívida, restrição da ampla liberdade do setor financeiro, implementação da Reforma Agrária, entre outros, não entraria para o plano fático da maneira como preconizada.

Desta feita, muito embora a esperança da classe trabalhadora residisse na concretização das promessas de campanha, naquele projeto amadurecido por anos no ideário popular, de que a espera teria valido à pena, e ,enfim, a classe trabalhadora teria chegado ao poder, o que de fato ocorreu foi um período em que algumas políticas públicas ligadas à redução da pobreza coexistiram com a fase de intensa monopolização do capital, viabilizada pela aliança entre as grandes multinacionais e a oligarquia nacional, tendo o Estado como mediador desse processo. Sendo assim:

[...] no Brasil, a fase monopolista do capitalismo concretizou-se por meio da unidade contraditória das grandes empresas mundiais com as elites econômicas brasileiras, mediadas por ações do Estado, no sentido de favorecer tal unidade, como nas desregulamentações e flexibilizações efetivadas pelo Governo FHC e pela forte presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de empréstimos às grandes empresas, nos dois mandatos do Governo Lula. (NARDOQUE, 2017, p. 246).

Oliveira *apud* Santos (2018) define o período da “Era Lulista” como uma “hegemonia às avessas”, pois o caráter permissivo das elites ofereceu a falsa ideia aos dominados de uma “revolução sem convulsão”. Ainda que a classe trabalhadora se sentisse contemplada pela presença de representantes de movimentos sociais no alto escalão do governo, os espaços de

decisão, no âmbito econômico, continuavam nas mãos da classe dominante, garantindo a continuidade do ritmo da acumulação capitalista. Assim:

[...] estamos diante de uma ‘hegemonia às avessas’, típica da era da globalização. Esta hegemonia *sui generis* se caracterizaria pela concessão, por parte das classes dominantes, da ‘direção moral’ da sociedade para as classes dominadas, mantendo o ‘mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legítima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso’. (OLIVEIRA, 2010 *apud* SANTOS, 2018, p. 106).

O que se evidencia, então, foram as políticas públicas promovidas pelos governos do PT por meio do “pacto de classes”, sendo essas ações, muito embora tivessem o potencial de resultar em significativas mudanças no estado de desigualdade de então, levadas a cabo de maneira a não abalar o fluxo do capital, muito pelo contrário, em muitas delas o favorecimento aos setores capitalistas teve maior impacto no tocante à destinação de recursos, como é o caso do agronegócio. Nesse sentido, “os dominados realizam a ‘revolução moral’ [...] que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada”. (OLIVEIRA, 2010, *apud* SANTOS, 2018, p.106).

No plano das ações, os governos de Lula e Dilma deram continuidade à Reforma Agrária de Mercado iniciada por Fernando Henrique Cardoso, num caráter eminentemente neoliberal de obtenção de terras. Segundo Luiz; Nardoque (2019, p.92), “a Reforma Agrária de Mercado no governo FHC atingiu 44.335 famílias, no Governo Lula 84.113 famílias e no Governo Dilma apenas 13.136 famílias”. Desta feita, o Governo Lula intensificou a proposta neoliberal de FHC de aquisição de terras via mercado, sendo que o Governo Dilma arrefeceu o acesso à terra, mesmo que dentro desses moldes⁶.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado no Governo Fernando Henrique Cardoso, possuía um aspecto eminentemente neoliberal, na medida em que direcionava os camponeses para o mercado. As orientações presentes no decreto

⁶No Programa de Governo de 1989, trazia-se a defesa da Reforma Agrária e a proposta de um novo modelo agrícola que buscasse fortalecer a pequena e média propriedades, priorizando o abastecimento interno. Em 1994, o Plano de Governo destacava as dificuldades presentes na realidade de pequenos produtores, propondo um governo lhes daria atenção especial. O Programa de Governo de 2002 destacava a agroindústria, inclusive por seu papel estratégico na obtenção de superávits comerciais, devendo, portanto, ser fortalecida junto à Reforma Agrária e a agricultura familiar camponesa. Em 2006, o Programa de Governo concebida a combina a Reforma Agrária, o apoio à agricultura familiar, o incentivo ao agronegócio e o equacionamento de seus problemas estruturais de comercialização (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022).

No Programa de Governo de Dilma Rousseff, em 2010, a proposta seria de a política agrícola fortalecer a agricultura familiar e o agronegócio. Em 2014, o Plano de Governo de sua reeleição seguiu a mesma linha, colocando pequenos e grandes produtores rurais num mesmo patamar de prioridades, muito embora a proposta trouxesse destinação maior de recursos para o agronegócio (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022).

de criação do programa denotam a intenção de se inserir a agricultura familiar camponesa no ritmo “modernizado” do agronegócio, buscando garantir a capitalização do campo no âmbito dos pequenos produtores rurais. O Governo Lula seguiu os parâmetros do Pronaf estabelecidos por FCH, dando-lhe um aspecto ainda mais acentuado ao garantir acesso aos recursos somente àqueles que atendessem às orientações presentes na Lei de Agricultura Familiar (NARDOQUE, 2017).

O decreto de criação do Pronaf deixou bem evidente as intencionalidades do programa, sobretudo a disponibilização de financiamentos públicos para a aquisição de novas tecnologias (leia-se quimificação e mecanização, padrões de ‘Revolução Verde’ e da ‘modernização’) objetivando o aumento da produtividade e do desenvolvimento. Os princípios alinharam-se aos ditames do Estado neoliberal e ao avanço do capital no campo com claros propósitos de transformar a agricultura familiar camponesa em ‘agronegócinho’. O Estado neoliberal é ‘mínimo’, pois transfere para os camponeses as responsabilidades e a resolução dos problemas de produção e de comercialização na relação com o mercado, controlado por empresas oligopolizadas. (NARDOQUE, 2017, p. 162).

O jogo de forças promovido pelos setores progressistas da sociedade e da elite nacionais, quando da chegada do PT ao Governo Federal, resultou numa mescla de iniciativas envolvendo o desenvolvimento aliado à redução de desigualdades sociais (PAULA, MONTENEGRO GOMEZ, TRACS, 2017).

Wallerstein (2016) *apud* Paula, Montenegro Gomez e Tracs (2017) retrata essas contradições presentes nos governos do PT:

Por otra parte, las políticas macroeconómicas permanecieron bastante ortodoxas desde el punto de vista del énfasis neoliberal en las orientaciones de mercado de las políticas gubernamentales. Y las múltiples promesas del PT relativas a la prevención de la destrucción ambiental nunca se implementaron seriamente. El PT tampoco llevó a cabo sus promesas de una reforma agraria. En resumen, su desempeño como movimiento de izquierda fue una bolsa mezclada. (WALLERSTEIN (2016) *apud* PAULA, MONTENEGRO GOMEZ, TRACS, 2017, p. 60).

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à infraestrutura somente foram levadas à cabo no segundo mandato de Lula (2007-2010), haja vista que o primeiro resumiu-se a reproduzir explicitamente políticas neoliberais (PAULA, MONTENEGRO GOMEZ, TRACS, 2017).

Consubstanciou um “governo híbrido”, na medida em que ao mesmo tempo viabilizou a permanência do Estado neoliberal, inovou em alguns setores inerentes às demandas populares,

por meio da criação de Secretarias voltadas aos direitos das minorias, instituições de apoio e fomento à agricultura familiar (inobstante a ausência de atuação incisiva à Reforma Agrária), entre outros. Portanto:

O lulismo, constituindo-se a expressão da coexistência de um pacto conservador (manutenção da ordem) com um 'reformismo fraco', 'pelo alto', incorporou no Estado um conjunto de demandas populares, convertendo os movimentos sociais em agentes ativos na execução de políticas públicas. (SANTOS, 2018, p.114).

Esse viés político adotado pelos governos petistas, inédito no país até então, conferiu a imagem de governo popular ao trazer para o bojo do Estado representantes dos movimentos sociais, bem como ao promover políticas públicas que, de certa maneira, atendessem às demandas desses grupos. Mas, não tardou para que o conjunto dos envolvidos em tais políticas percebessem o caráter incompleto, destacado da realidade ou até mesmo dúbio de algumas dessas ações, evidenciando a coalizão entre o governo e as elites.

De acordo com Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), o alinhamento do PT com movimentos sociais e a presença de algumas políticas públicas voltadas à redução da pobreza são fatores que influenciaram o arrefecimento dos movimentos socioterritoriais. Muito embora não houvesse a presença de conflitos, a luta tomou outra roupagem, passando a compor-se de manifestações de cunho reivindicatório.

Desta forma, mesmo com a quase paralisação da reforma agrária nos governos petistas, com o não cumprimento das metas estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária de assentar e regularizar 314.942 famílias, entre 2003 e 2005, o MST não partiu para o enfrentamento e para a cobrança da realização de, pelo menos, a meta estabelecida pelo governo. O movimento passou a adotar outras formas de luta, como as manifestações por mais crédito e a defender a luta contra o capital e o agronegócio. (NARDOQUE; MELO e KUDLAVICZ, 2018, p. 631).

A redução das ações de movimentos reivindicatórios deu-se pela estratégia do PT de promover a compra de propriedades (como estratégia de arrecadação de terras) com fins de Reforma Agrária, tencionando a “paz no campo” com a “Reforma Agrária” sem conflitos, como exemplo, a desapropriação de somente 21 imóveis em Mato Grosso do Sul, um número bem menor que o realizado no governo FHC – 84 imóveis (NARDOQUE; MELO e KUDLAVICZ, 2018).

Outro exemplo digno de nota, ocorrido em outra escala, mas importante à compreensão dessa dinâmica em nível nacional, foi a proposta de “orçamento participativo” implantada em algumas prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tornando-se importante exemplo de transferência de decisões orçamentárias para as bases. No entanto, no caso de

territórios rurais⁷ deprimidos, não apresentou os resultados esperados, pois o poder público municipal, por meio de cooptação e manobras diversas, impõe muitas vezes às comunidades suas próprias demandas, metas e propostas orçamentárias. Dessa forma, uma força de cima se impõe sobre o território, e a base (bairro, comunidade, distrito, linha) acaba legitimando tais imposições.

Essas ações, em suas mais diversas escalas, denotam a presença de um movimento de cooptação de sujeitos ligados aos movimentos sociais, no já referido “reformismo pelo alto”, por meio do qual as regras do jogo já foram definidas, mas a dinâmica empregada oferece a falsa concepção de poder de decisão às bases.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS GOVERNOS PETISTAS E O ESPAÇO AGRÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

O caráter anárquico e individualista das relações capitalistas requer do Estado a instrumentalização de seu cotidiano para defesa de seus interesses em todos os campos de atuação, como a regulação das relações trabalhistas, da competição, além da instalação de infraestrutura necessária à (re)produção capitalista. O papel de mediador dos conflitos inerentes aos diversos segmentos do capital também é exercido pelo poder estatal (HARVEY, 2005).

Na definição de papéis na fase de industrialização, Hespanhol (1995) denota a segmentação da responsabilidade na economia, pois o capital internacional abocanhava imensa fatia de lucros por meio de investimentos em setores propícios à alta lucratividade, restando ao capital nacional a atuação em investimentos não desejados por aquele. Ao Estado cabia promover a sustentação da acumulação capitalista pelos investimentos em infraestrutura, no sistema financeiro em atividades de risco as quais capitalistas nacionais e estrangeiros recebavam investir, figurando, assim, como verdadeiro testa de ferro a garantir o sucesso do avanço capitalista em suas variadas esferas.

De acordo com Clemente (2011), a prevalência histórica da economia de base agrário-exportadora ensejou e enseja a preocupação do Estado quando da implementação de políticas públicas para esse setor, principalmente pelo fato de ser capitaneado pelas oligarquias detentoras das terras e do capital.

⁷O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) foi implementado em 2003 e visava promover políticas públicas para regiões rurais deprimidas do ponto de vista social e econômico.

Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista no Brasil se dá mediante a fusão do capitalista e proprietário de terras na mesma pessoa, pois persiste a concentração fundiária, a despeito de consistir num entrave à ampliação da acumulação e expansão do capital (NARDOQUE, 2017), pois:

Sendo assim, o final do século XX e o desenrolar do século XXI estão marcados pelo desenvolvimento contraditório na agricultura no Brasil, pois os setores de mais alta rentabilidade, como são os casos daqueles ligados à soja, à cana e ao eucalipto, por exemplo, expandiram-se, unificando capitalistas e proprietários fundiários, brasileiros e mundiais, monopolizando o território, via territorialização do capital, gestando, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. (NARDOQUE, 2017 p. 247).

Essa marca está presente no espaço agrário sul-mato-grossense, pela territorialização do capital, pois grandes empresas produtoras de soja, de eucalipto, de cana e de carnes, atraídas pelas facilidades propiciadas pelo Estado, por meio de dotação de infraestrutura, benefícios fiscais e ampliação do crédito, proporcionadas nos governos FHC, Lula e Dilma, estabeleceram as bases produtivas no estado (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018).

Em 2008, com a crise capitalista, ocorreu a transferência de capitais para locais propícios à acumulação e reprodução ampliada alternadamente no rentismo fundiário via apropriação de recursos minerais e produção agropecuária e no mercado financeiro (NARDOQUE, 2017). Portanto:

No Brasil, este processo possibilitou ganhos aos capitalistas e latifundiários, pelo aumento do preço das terras e das rendas decorrentes do crescimento dos investimentos externos e das ações do Estado brasileiro no sentido da ampliação da produção de commodities, por meio de ações do BNDES e de fundos de pensão de empresas públicas, sobretudo soja, açúcar e celulose para exportação. Em alguns setores, como no de cana/etanol/açúcar, empresas brasileiras tornaram-se maiores empresas mundiais, como é o caso da Raizen, *join venture* entre a Cosan e a Shell. (NARDOQUE, 2017, p. 246).

A linha adotada pelos governos petistas seguiu o *script* delineado pelo capital internacional, cuja aliança com as oligarquias nacionais estabeleceu o rumo das políticas públicas e a destinação de recursos. No tocante às possibilidades de financiamento da produção, o grande capital contou com as benesses estatais em Mato Grosso do Sul, pois:

Em 2002, no estado, foram destinados, nesta modalidade de crédito, pouco mais de R\$ 972,6 milhões (Novecentos e setenta e dois milhões e seiscentos mil reais). Ao final do Governo Lula, os recursos para esta finalidade chegaram a mais de R\$ 3,4 bilhões (Três bilhões de reais). O aumento de recursos destinados ao crédito rural significou o alinhamento dos governos FHC e Lula à expansão geográfica do capital (HARVEY, 2005; NARDOQUE, 2017), resultante das ações de capitais mundiais e

nacionais em aliança com latifundiários em Mato Grosso do Sul, alinhavados com o Estado. (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018 p. 626).

Essa ampliação de créditos, iniciada no Governo FHC, teve continuidade no Governo Lula, oferecendo lastro para o avanço produtivo de empresas ligadas à soja, como Bunge, ADM, Cargill, Caramuru, entre outras. No caso da cana, denota-se o monopólio territorial de quatro empresas com preponderância produtiva em nível mundial: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018).

[...] a continuidade [no Governo Lula] do pacote ‘FHC’ foi posta pela burguesia como condição de não haver ‘guerra’ de classes e conseqüente risco de o governo ser acusado de destruir o Real (SINGER, 2009, p. 97). Incorporando tal legado, assumindo o pacto político nele contido, o ex-presidente petista ‘vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a ‘prudência de uma dona de casa’. Contudo, nas palavras do autor, o ‘pulo do gato de Lula’, distinguindo-o de FHC, foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, ‘construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe’. (SINGER, 2009, *apud* SANTOS, 2018, p.108).

O caminho adotado pelos governos do PT, como garantia da governabilidade, resultou em diferentes estruturas territoriais no campo brasileiro, tendo em vista a grande desigualdade regional decorrente da produção díspar do espaço nos moldes da acumulação capitalista.

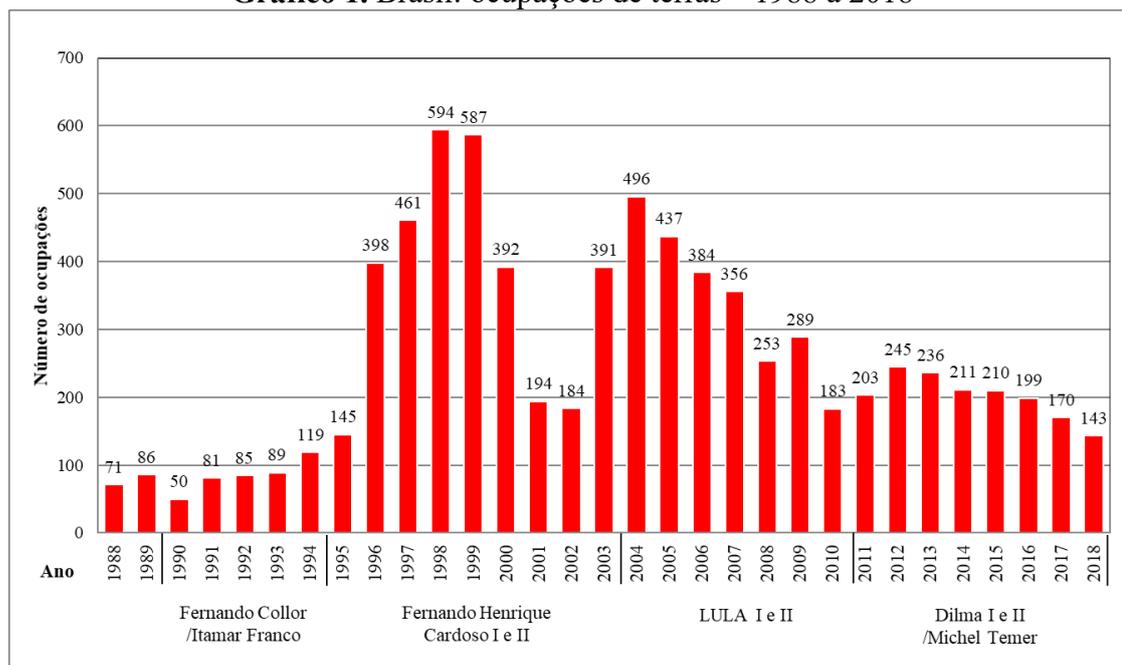
Para se compreender os impactos das políticas públicas inerentes à Reforma Agrária no espaço sul-mato-grossense, há de se considerar a estrutura em que se assenta a questão agrária nesse espaço, marcado pela forte concentração fundiária e pela territorialização do capital (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018). Sendo assim:

A questão agrária em Mato Grosso do Sul assenta-se na forte concentração da propriedade fundiária, no uso da terra destinada à criação de bovinos em pecuária extensiva e na produção agrícola para exportação de commodities (açúcar, soja e celulose), além de forte absenteísmo em várias regiões do estado. (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018, p. 626).

Nardoque (2017) relaciona a estrutura fundiária concentradora no estado de Mato Grosso do Sul com o histórico de apropriação fraudulenta das terras, com a invasão de terras e a expulsão de indígenas, posseiros, além do grilagem de terras públicas, terras devolutas, resultando numa drástica modificação no padrão produtivo, que deixou de ser eminentemente de cultivos alimentares tradicionais para a produção de *commodities* para satisfação de capitalistas e proprietários de terras vinculados ao mercado externo.

Historicamente, os conflitos pela terra marcaram a realidade no país numa constante. De acordo os dados publicados pelo Banco de Dados Da Luta Pela Terra – Dataluta, 2019, de 1988 a 2018 ocorreram 10.074 ocupações em todo o país, conforme o gráfico 1. A presença de um governo popular não fez arrefecer as manifestações no campo, haja vista que as mesmas atingiram a marca de 13.355 em todo o território nacional entre 2000 e 2017 (DATALUTA, 2018).

Gráfico 1. Brasil: ocupações de terras – 1988 a 2018



Fonte: Relatório Dataluta. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC, 2019.

Nos dois mandatos de FHC, ocorreu o aprofundamento da implantação de políticas neoliberais, evidenciado pela priorização de crédito agrícola aos setores de produção de *commodities*, como incremento ao papel da economia brasileira no mercado internacional (NARDOQUE, 2017). Desta forma,

[...] o Estado criou para o campesinato instrumentos precários de acesso à terra via financiamento, política de compra e venda. A Reforma Agrária, que deveria ser tratada na esfera política, econômica e social em âmbito nacional, foi tratada como negócio, uma saída para satisfazer os proprietários de terra e acalmar a efervescência e ascensão política de movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (LUIZ, NARDOQUE, 2019 p. 88).

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, à Presidência da República, via eleição em 2002, acendeu a chama da esperança numa Reforma Agrária de cunho mais incisivo, o que de fato não ocorreu, haja vista o caráter compensatório com que se deram

as ações de inserção camponesa no espaço agrário, consubstanciando, assim tênue labareda, totalmente desconforme com os inflamados discursos de campanha (NARDOQUE, 2017).

No Governo Lula, não obstante às promessas de campanha, a política agrária voltada ao acesso da classe trabalhadora à terra não foi prioridade, o que se constatou pela continuidade das ações estatais de apoio amplo e irrestrito ao agronegócio (LUIZ, NARDOQUE, 2019). Sendo assim:

Durante o Governo Lula, o Estado continuou atuando como financiador, avaliador e ampliador dos programas e das políticas neoliberais, contrariando as reivindicações dos movimentos sociais pela Reforma Agrária. Mesmo com a forte oposição dos movimentos sociais, este governo expandiu o PNCF por meio de outras linhas de financiamento, tais como a linha Combate à Pobreza Rural: Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. (LUIZ, NARDOQUE, 2019, p. 91).

O sufocamento das políticas de Reforma Agrária deu lugar aos Programas de Aceleração do Desenvolvimento, voltados ao fortalecimento do agronegócio. Alves e Thomaz (2013) *apud* Paula, Montenegro Gomez e Tracs (2017, p.65) assim inferem:

A territorialização do capital, via essas grandes obras, ocorre no contexto do chamado Novo Desenvolvimentismo brasileiro, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), gerando fortes impactos na região e nos lugares, seja de ordem ambiental, seja com populações ribeirinhas, extrativistas, grupos indígenas, mas também no campo e na cidade, com os processos de desterritorialização de comunidades camponesas, intensa migração populacional em busca de trabalho e melhores condições de vida. (ALVES e THOMAZ (2003) *apud* PAULA, MONTENEGRO GOMEZ e TRACS, 2017, p. 65).

Essas obras apresentaram resultados nefastos, à medida em que não possuíam planejamento contemplando as populações atingidas, bem como ao desconsideravam a legislação ambiental. Retratavam o olhar voltado ao neodesenvolvimentismo focado no contexto agrário-exportador do capital mundializado que concentra renda, expropria camponeses e agride o ambiente (PAULA, MONTENEGRO GOMEZ e TRACS, 2017).

Ainda que as políticas relativas à Reforma Agrária pelo Governo Lula tenham inserido milhares de famílias no acesso à terra, não foram capazes de diminuir a disparidade de forças no campo, pois, além de fortalecerem o agronegócio, não modificaram a estrutura agrária concentradora e concentrada, além de resultar num endividamento do campesinato, monetizando terras e mais uma vez beneficiando a elite agrária conservadora no país (LUIZ, NARDOQUE, 2019).

A luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul, representada pelas intensas ocupações ocorridas entre o final de 1990 e início de 2000, sofreu arrefecimento após 2002, fato este

associado à chegada do PT ao governo. A partir de 2016, voltaram a crescer as ocupações no estado, haja vista não ter havido nenhum assentamento desde 2013 (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018).

Para que se possa compreender essa dinâmica, fundamental se faz uma breve análise do teor das propostas petistas nos planos de governo quando de sua participação nas disputas eleitorais. Assim sendo, o Plano de Governo Lula em 1989 propunha uma Reforma Agrária ampla, atingindo 165 milhões de hectares aproveitáveis que se encontravam ociosos em poder dos latifundiários.

No Plano de Governo de 1998, o Partido dos Trabalhadores criticava a timidez das ações inerentes à política de reforma agrária do governo FHC, propondo “um novo modelo de desenvolvimento rural”, com a previsão de assentamento de um milhão de famílias em quatro anos, com um processo massivo no primeiro ano de governo, garantindo aos assentados as condições de produção e comercialização (PT, 1998).

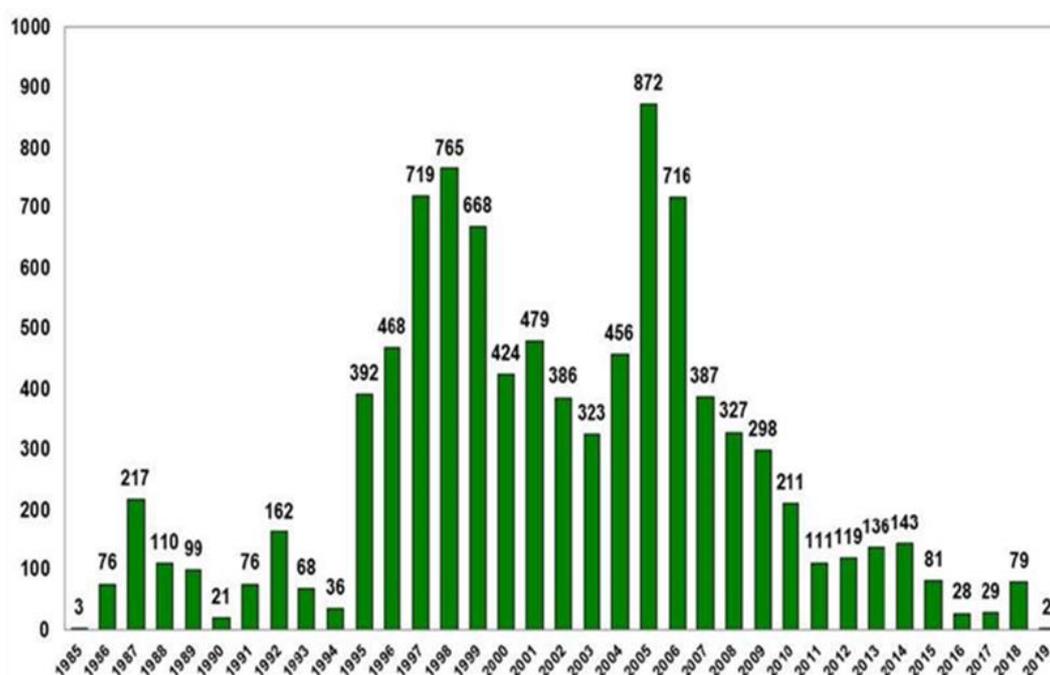
Em 2002, as propostas constantes no Plano, inerentes à Reforma Agrária não traziam dados consistentes em suas proposições, sendo o referido texto mais carente de efetividade que os anteriores, mais incisivos em relação à Reforma Agrária. Entre as propostas, a ampliação da produção de alimentos por meio de política agrícola dirigida para o binômio agricultura familiar e agricultura organizada em bases empresariais (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022).

Em 2006, as propostas traziam a concepção empresarial aplicada aos pequenos produtores, já evidenciada no plano anterior, bem como o caráter mercantilista que envolveu o processo de distribuição de terras via Reforma Agrária de Mercado levada a cabo nos governos de Lula. O Plano de Governo de Dilma, em 2010, também estabeleceu a íntima relação entre Reforma Agrária e crédito rural, bem como a tecnificação mercantilista e a equiparação da agricultura familiar camponesa ao agronegócio, ao propor o fortalecimento de ambos de maneira genérica, num mesmo tópico e sem maiores detalhes (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022).

No Programa de Governo de 2014, o Governo Dilma enfatizou a implantação de Reforma Agrária via crédito fundiário e estabelecia as destinações do orçamento para o agronegócio e à agricultura familiar camponesa, nos seguintes parâmetros: para a safra de 2014/2015, R\$ 156,1 bilhões para financiar o agronegócio, sendo que o crédito para agricultura familiar seria de R\$ 24,1 bilhões (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022)

Assim sendo, a Reforma Agrária e o incentivo à agricultura familiar camponesa na agenda petista deixaram de ser o ponto nevrálgico das metas, um elemento de transformações sociais para consistir numa ação paliativa e acessória em seus governos (NARDOQUE, 2017). O gráfico 2 apresenta o número de assentamentos realizados no Brasil de 1985 até 2019, oferecendo parâmetros para análise das políticas públicas voltadas à solução dos conflitos agrários no país:

Gráfico 2. Brasil: Número de Assentamentos Rurais – Assentamentos Criados – 1985 a 2019



Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2019. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Como se pode depreender dos dados presentes no gráfico 2, de 1985 até 1995, período em que o país retomou o regime democrático, sob o governo Sarney, passando por Collor, Itamar Franco até o governo Fernando Henrique Cardoso as ações voltadas à Reforma Agrária foram muito tímidas, sendo que nesse período o número máximo de assentamentos foi 217 no ano de 1987, no governo de José Sarney.

A partir da posse de FHC ocorre uma significativa mudança na política de reforma agrária, em se considerando os anos anteriores, haja vista que o número de assentamentos saltou de 36 em 1994 para 392 no primeiro ano do governo Fernando Henrique, que conheceu seu ápice em 1998, no qual foram criados 765 assentamentos, assumindo um ritmo decrescente até o final de seu mandato em 2002, com 386 assentamentos.

O início do governo Lula apresentou uma desaceleração no ritmo das políticas de Reforma Agrária, evidenciadas pelos resultados menores que seu antecessor, contrariando as propostas apresentadas em seu plano de governo. Os dados revelam a timidez das ações: o montante anual de assentamentos que já apresentava desaceleração no governo de FHC seguiu o ritmo no primeiro ano do governo petista, sendo que o maior número de assentamentos ocorreu em 2005 (872), retomando a queda até o final do mandato. O Governo Dilma não diferiu do seu antecessor, sendo ainda mais retrógrado ao reduzir significativamente o número de famílias assentadas.

No Governo Temer (2016-2018), inobstante à destinação de R\$ 48.000.000,00 (Quarenta e oito milhões de reais) à Reforma Agrária de Mercado, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a transferência das atribuições para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, deixou claro o papel insignificante desempenhado pelo campesinato por tal governo (LUIZ, NARDOQUE, 2019).

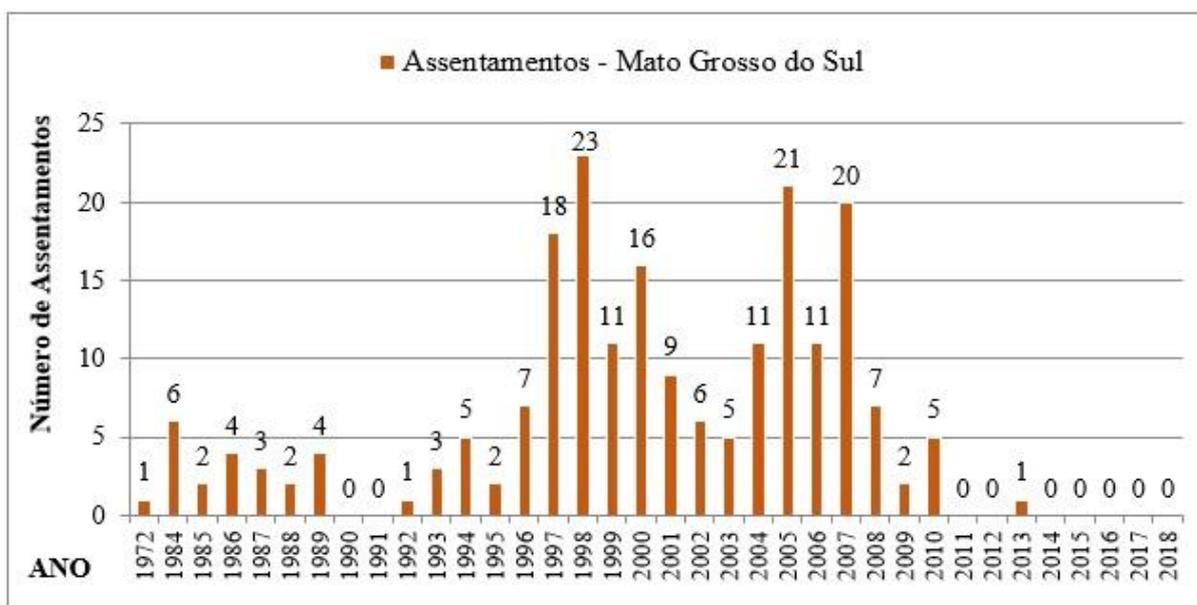
No que diz respeito ao estado de Mato Grosso do Sul, a realidade no tocante à criação de assentamentos não difere do contexto nacional, conforme se pode depreender nos dados do gráfico 3.

Os dados apresentados, que trazem o número de assentamentos por ano, tendo como lapso temporal o ano de 1972 a 2018, denotam uma inconstância nas políticas de Reforma Agrária, evidenciando que nunca na história do país o assunto possuiu efetiva relevância. As insignificantes criações de assentamentos nas décadas de 1980 e meados de 1990 refletem a característica concentradora de terras em Mato Grosso do Sul.

Somente em 1997, no Governo FHC, os números apresentam clara alteração, pois atingem pela primeira vez na história do estado a casa de dois dígitos (18 assentamentos), nessa gestão a presença da maior marca (23 assentamentos em 1998), o que não foi superado pelos governos petistas.

O ritmo decrescente nas políticas de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul pode ser evidenciado no final do governo FCH, que reduziu o número de implantação de assentamentos de 16, em 2000, para nove, em 2001, e seis, em 2002, último ano do mandato. No primeiro mandato de Lula, inobstante a bandeira da busca pela justiça social no campo seja um dos baluartes da campanha, o início do mandato foi marcado por um número inferior ao de seu antecessor (cinco assentamentos em 2003).

Gráfico 3. Mato Grosso do Sul: assentamentos criados – 1973 a 2018



Fonte: DATALUTA, 2019.

Durante Governo Lula, composto por dois mandatos, a política de fixação camponesa no espaço agrário não demonstrou diferença alguma das gestões anteriores, haja vista que o máximo alcançado – 21 assentamentos, em 2005 – não superou a marca histórica de FHC em 1998, com 23 unidades criadas.

O Governo Dilma foi marcado pelo fraco desempenho de políticas de Reforma Agrária, evidenciadas pelos números presentes no gráfico 3. De 2011, início do mandato, até 2016, com sua saída por meio de *impeachment*, Dilma somente criou um assentamento no estado de Mato Grosso do Sul.

Portanto, o alinhamento do PT com as lideranças dos movimentos e a presença de algumas políticas públicas voltadas à redução da pobreza foram fatores que influenciaram no arrefecimento nas ações dos movimentos socioterritoriais em Mato Grosso do Sul. Muito embora não houvesse a presença de conflitos, diminuindo-se as ocupações de terra, a luta tomou outra roupagem, passando a compor-se de manifestações de cunho reivindicatório (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018).

As pautas modificaram-se, em face da presença de representantes dos movimentos socioterritoriais no governo, bem como da existência de algumas ações voltadas à agricultura familiar. A gritante diferença na promoção de políticas públicas para o agronegócio e o campesinato, além da inércia nas ações atinentes à Reforma Agrária, geraram duas realidades distintas, pois “os dominados realizam a ‘revolução moral’ [...] que se transforma, e se deforma,

em capitulação ante a exploração desenfreada” (OLIVEIRA, 2010, *apud* SANTOS, 2018, p.106).

Desta feita, a retração nas políticas de assentamento de famílias no Governo Dilma, denotando a contrarreforma agrária, foi levada a cabo no governo de seu sucessor, corroborando o fortalecimento da onda neoliberal que novamente assomava o país (LUIZ, NARDOQUE, 2019).

De acordo com Nardoque (2017), as ações em direção à Reforma Agrária, promovidas pelos governos FHC e Lula, tiveram caráter eminentemente conservador, pois promoveram, em maior número, a regularização fundiária em detrimento da desapropriação. “Portanto, a reforma agrária, via desapropriação, punindo o latifúndio improdutivo, não se realizou de forma plena nos dois governos, e os assentamentos instalados resultaram das ações dos movimentos socioterritoriais, da pressão sobre o Estado” (NARDOQUE, 2017, p. 253).

Por outro lado, a implantação da Reforma Agrária de Mercado atende aos interesse dos capitalistas e dos proprietários fundiários ao transformar o acesso à terra em realização de capital aos latifundiários, desarticular e enfraquecer os movimentos de luta pela terra, além de transformar a Reforma Agrária em política econômica, mercantilizada, ao invés da sua real natureza – instrumento de acesso à terra, uma política pública inerente às ações do Estado (LUIZ, NARDOQUE, 2019).

A mercantilização da Reforma Agrária não foi capaz de aplacar a força da resistência camponesa que, a despeito das contradições presentes no modelo implantado pelo governo alçado ao poder pela força dos movimentos populares, entre eles os de luta pela terra, subverteu a ordem estabelecida e negou o poderio absoluto das elites latifundiárias, promovendo, nessa aquisição da terra divorciada daquilo que se almejou diante das promessas de campanha, a quebra do monopólio pela terra e a persistência na manutenção camponesa no espaço agrário nacional. Por outro lado, “Diante do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, ao (re)inventar práticas tradicionais ou novas de luta pela terra, o camponês contesta a concepção do direito absoluto da propriedade privada da terra, do acesso à terra por meio da compra” (LUIZ, NARDOQUE, 2019, p.104).

De acordo com Nardoque (2017), contra reforma agrária instituída pelo Governo Dilma Rousseff não deixou alternativa aos movimentos sociais que não seja a retomada das lutas, decisão essa reforçada pelos desmontes promovidos pelo governo pós impeachment, que trouxe à tona o retrocesso e a força das elites conservadoras que buscam operacionalizar ainda mais

seu domínio por meio do aparelhamento de instituições, restando aos camponeses aquilo que historicamente os acompanha: a resistência e a luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui, como realidade historicamente construída, a forte concentração fundiária, manifesta no latifúndio, originada na divisão de imensas glebas de terras aos “amigos do rei” e mantida pela expropriação de povos originários, quilombolas, posseiros, camponeses, entre outros, perdurando pelo Império e consolidando-se na República.

A luta pela terra, marcada pelo derramamento de sangue de uma imensa massa de sujeitos sociais, foi uma das principais pautas apresentada ao Partido dos Trabalhadores, tornando-se pauta partidária, figurando como promessa de campanha em todos os pleitos eleitorais disputados pela sigla.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República consubstanciou um assunto de esperança de que, finalmente, a promessa de redução das desigualdades, via Reforma Agrária, ocorreria com a urgência com que o caso se reveste, seja pela flagrante violência no campo, seja porque resta evidente qual segmento realmente produz alimentos no país, o que promoveria a redução da fome e da miséria, problema crônico em âmbito nacional.

Ao declarar a impossibilidade de se promover as mudanças necessárias na estrutura fundiária e garantir a continuidade das políticas neoliberais implementadas no Governo FHC, aumentando ainda mais o aporte de recursos para o agronegócio, os governos petistas acabam por incutir o sentimento de insatisfação nos movimentos de luta pela terra, que se viram obrigados a modificar a pauta reivindicatória, haja vista a presença de integrantes do segmento no governo e de algumas políticas públicas de fomento à agricultura familiar.

O destino maciço de recursos, como crédito e infraestrutura a grandes corporações nacionais aliadas ao capital internacional, consistiu na tônica das gestões petistas que buscaram a “coalizão” com a elite e esta, ao “conceder” a “direção moral” do país aos dominados, mantendo o controle dos rumos da exploração desenfreada, estabeleceu o que se pode chamar de “revolução pelo alto”.

Ao inserir líderes dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais em postos no governo e promover algumas políticas públicas no campo, as gestões petistas arrefeceram as lutas pela terra e influenciaram nos rumos das ações desses movimentos, evidenciando a

cooptação de grupos, de setores e de sujeitos, sendo esta desarticulação um fator preponderante para o sucesso do Golpe de 2016, alçando Michel Temer ao poder.

A mercantilização da aquisição da terra, favorecendo latifundiários, foi a saída encontrada pelos governo do PT para promover a “paz no campo”, revelou o caráter subversivo do campesinato que, ao aceitar os termos do “arremedo” de Reforma Agrária promovida pelos governos petistas, contesta a propriedade absoluta da terra e subverte a ordem estabelecida nesse encontro de governo popular e elite, num misto de coalizão, cooptação em nome da governabilidade. O campesinato tem por cotidiano a contradição e nela subsiste. A experiência trouxe ao camponês uma lição: só a luta garante a conquista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos [et. al.]. **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

CLEMENTE, Evandro Cesar. **O programa estadual de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP**. 2011. 339 f. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório anual**. São Paulo, 2017.

_____. Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório anual**. São Paulo, 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Programas de governo – PT**. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/o-quefazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt>>. Acesso em: 05 abr.2022.

HARVEY, David. Teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: Meneguette Junior, Messias (Org.). **FCT: 40 anos Perfil Científico Educacional**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, p. 21-41, 1999.

LEIA ÍNTEGRA DA CARTA DE LULA PARA ACALMAR O MERCADO FINANCEIRO. **Folha de São Paulo**, 24/06/2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato. **REVISTA NERA** (UNESP), v. 22, p. 83-110, 2019.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária)**. Curitiba: CRV, 2017.

NARDOQUE, S.; Melo, D. S.; Kudlavicz, M. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

ORTEGA, Antonio César; CERQUEIRA, Cristiane Aparecida; SILVA, FPM da. Planejamento, desenvolvimento e descentralização: o papel do estado no desenvolvimento territorial. As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia. Brasília: **IPEA**, p. 17-28, 2016.

DE PAULA, Adriano Makux; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; TRACZ, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 1, 2017.

SANTOS, Thiago Araujo. Lulismo e movimentos sociais: Uma reflexão a partir da articulação no Semiárido Brasileiro (Asa Brasil), 2003-2017. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 102-116, 2018.

SPINELLI, Evandro; ZANINI, Fabio. Sem mudança lenta, país pode afundar como Titanic, diz Lula. **Folha de São Paulo**, 12/02/2003. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1202200316.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Recebido em 08 de abril de 2021.

Aceito em 17 de agosto de 2021.

Publicado em 29 de julho de 2022.